

Evolução das Tecnologias Educacionais

Evolution of Educational Technologies

Karla Cristina Tyskowski Teodoro Rodrigues

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (2013), graduação em Administração pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (2018), mestrado em Economia Regional pela Universidade Estadual de Londrina (2016) e doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2020). Trabalha nas Faculdades Integradas de Itararé como professora e coordenadora de extensão e pesquisa desde 2020. Trabalha na Faculdade Estácio de Sá na pós graduação. Tem experiência na área de Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: economia regional, análise exploratória de dados espaciais, saúde pública, saneamento ambiental.
Email: karlatyskowski@gmail.com

Sheila Maria Brandão de Paula Lima Mirandola

Mestranda em Educação (Unoeste), Membro do Grupo de Pesquisa Contexto Escolar e Processo de Ensino Aprendizagem: ações e interações (CONTEPEA) da Unoeste, Membro do grupo de pesquisa Ensino e Aprendizagem como Objeto da Formação de Professores (GPEA), do(a) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Master Coach pelo Instituto Brasileiro de Coaching (2018), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2017) e em Gestão Estratégica de Negócios (2000). Graduada em Administração pela Universidade de Marília (1997). Atualmente Docente dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação na Faculdade Estácio de Sá Ourinhos e, Coordenadora Geral dos Cursos de Pós Graduação Lato Sensu. Professora responsável pelo Laboratório de Práticas de Gestão (LPG) e Projete - Talentos Empreendedores da Faculdade Estácio de Sá Ourinhos SP, Coach e Treinadora Comportamental na empresa Sheila Brandão. Assessora Pedagógica no Programação União Faz a Vida - Sicredi Paraná. Palestrante nas áreas de Educação, Inteligência Emocional e Liderança. Co autora do livro "Coaching com Alma".
Email: sheilabrandao@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo, foi dialogar sobre a evolução das tecnologias educacionais. Foi realizado para isto uma breve discussão do início do ensino da disciplina com as correspondências, passando pelas tecnologias na educação, passando das áudio aulas por meio do rádio, posteriormente os programas telecurso pela TV e mais atualmente as plataformas digitais da Sociedade Conectada, de que forma as novas mídias contribuem para o processo de ensino-aprendizagem do aluno e do próprio professor. Optou-se por uma pesquisa qualitativa, que teve o objetivo de apresentar aspectos históricos até a atualidade de evolução de ensino. É importante também destacar a relevância que a tecnologia apresenta nas formas de ensino na atualidade. Representando mais do apenas um meio de comunicação, mas também uma forma de argumentação, podendo criar quando aplicado da forma certa, alunos que consigo ser críticos e possam argumentar sobre o seu ensino e o meio em que vivem.

Palavras-chave

Educação a distância, Tecnologias Educativas, Mídias e Práticas.

Abstract

The purpose of this article was to discuss the evolution of educational technologies. For this, a brief discussion of the beginning of the teaching of the subject with the correspondences, passing through technologies in education, passing from audio classes through the radio, later the telecurso programs on TV and more currently the digital platforms of the Connected Society, of which way the new media contribute to the teaching-learning process of the student and the teacher himself. We opted for qualitative research, which aimed to present historical aspects to the present day of teaching evolution. It is also important to highlight the relevance that technology presents in the forms of teaching today. Representing more than just a means of communication, but also a form of argument, being able to create, when applied in the right way, students who can be critical and can argue about their teaching and the environment in which they live.

Keywords

Distance, Educational Technologies, Media and Practice, Interdisciplinarity.

Introdução

Cada dia mais se destaca a importância de dialogar sobre o assunto das tecnologias educacionais, com o fim de compreender a realidade envolvida nesta modalidade de ensino tais como seus conceitos, atributos, legislação, e ainda, sobre as tecnologias educativas e mídias (BRASIL, 2011).

O artigo se objetiva a debater aspectos históricos da inserção no novos avanços para auxiliar ao aprendizado, tal qual a educação a distância e sua importância, com enfoque a problemática foi voltada para desvendar informações relevantes e pertinentes sobre essa modalidade de ensino, que está expandindo-se significativamente no Brasil, assim, como mostrar de forma sintetizada algumas prática pedagógica interdisciplinar.

Desta maneira é destacado a importância de compreender a evolução histórica da educação e da utilização de novas tecnologias.

Para que as novas tecnologias não sejam vistas como apenas mais um modismo, mas com a relevância e o poder educacional transformador que possuem, é preciso que se reflita sobre o processo de ensino de maneira global. Para isso, é preciso, antes de tudo, que todos estejam conscientes e preparados para a definição de uma nova perspectiva filosófica, que contemple uma visão inovadora de escola, aproveitando-se das amplas possibilidades comunicativas e informativas das novas tecnologias para a concretização de um ensino crítico e transformador de qualidade. (KENSKI, 2012, p. 125 e 126).

Com isto a justificativa, para este trabalho é a relevância que as novas tecnologias representam no cotidiano de professores e alunos. Para isto se faz necessário entender de onde veio esta transformação na área educacional e em que patamar ela se encontra. E após visualizar está evolução, é importante saber se existe uma integração positiva entre ensino e a tecnologia.

A metodologia utilizada neste artigo, foi por meio de coleta de informações documentais, por meio de artigos e livros. Com o objeto de obter dados qualitativos, sobre o tema central que norteia e educação e tecnologia, desde seus primordiais até as discussões atuação da utilização das mídias na sala de aula.

O objetivo geral deste trabalho foi dialogar sobre a evolução das tecnologias educacionais e seus objetivos específicos estão em fazer uma relação histórica da evolução da mídia educativa e analisar as evoluções institucionais no mundo e no Brasil.

O trabalho será dividido em quatro partes, sendo está primeira introdução, seguida pela segunda seção de referencial bibliográfico, na terceira seção se analisa o tema e por fim as conclusões.

1 Uma breve evolução educação histórica da educação no Brasil

No Brasil a evolução educação histórica historicamente surgiu em meados de 1549, no período do Brasil Colonial por meio da Igreja Católica, por meio da ordem dos Jesuítas,

desde este período até o século XX o enfoque se concentrou a a população com maior poder aquisitivo (OLIVEIRA, 2004).

Para Piletti (1986, p. 34), “os jesuítas responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenhos, dos colonos, dos índios e dos escravos”. Com isto, Ribeiro (1986, p. 29) destaca que “o plano legal (catequisar e instruir os índios) e o plano real se distanciaram. Os instruídos eram descendentes dos colonizadores. Os indígenas foram apenas catequisados”. Visto que os índios bem como todos aqueles que não faziam parte dos altos extratos da sociedade foram excluídos da educação.

No ano de 1759, Sebastião José de Carvalho, que era o marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal, se desentendeu com os jesuítas, os quais foram expulsos de todas as colônias portuguesas. Bello (2001) destaca que que a supressão das escolas jesuíticas, “a educação brasileira (...) vivenciou uma grande ruptura histórica num processo já implantado e consolidado como modelo educacional” (BELLO, 2001).

Com destes acontecimentos, o Estado passou a assumir pela primeira vez os encargos da educação. O quadro de professores mudou, porém, “o ensino brasileiro, ao iniciar o século XIX, estava reduzido a pouco mais que nada” (PILETTI, 1986, p. 37).

Com a chegada da Família Real, em 1808, o Brasil apresentou desenvolvimento cultural considerável, mas o direito à educação permanecia restrito a alguns. De (1822-1889) a educação no Período Imperial, o objetivo foi a de formação das classes dirigentes. Procurando instituir um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior (PILETTI, 1986, p. 41).

Tendo se destaque no período da primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, garantia apenas, em seu Art. 179, “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”. No ano de 1827, uma lei determinou a criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares e vilas, além de escolas para meninas, nunca concretizadas anteriormente. (BRASIL, 1824).

Na primeira república (1889-1930), verificou-se a continuidade da dualidade do sistema educacional brasileiro, mesmo ocorrendo várias reformas legais, com o intuito de resolver a desorganização do sistema educacional, entre elas a Benjamin Constant, a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, a Carlos Maximiliano, porém foram apenas reformas paliativas, devido a estrutura educacional.

Em 1891, foi estabelecido pela Constituição da República de 1891, ao consagrar a descentralização do ensino, acabou construindo um sistema educacional pouco democrático, que privilegiava o ensino secundário e superior, com responsabilidade da União, por meio da expansão do ensino primário, os deveriam ser reservados aos estados. (BRASIL, 1981).

Infelizmente a descentralização, que poderia incentivar um melhor desenvolvimento com plano das ideias, mudanças satisfatórias e significativas. Segundo Romanelli (1978), a realidade mostrou abandono dos estados mais pobres, que se viam cada vez mais à mercê da própria sorte. O que influenciou no âmbito educacional e com impacto principalmente os menos favorecidos a uma educação precária ou ao analfabetismo, o que já era ruim no Brasil.

Após a Revolução de 1930 do período de 1930 á 1937, ocorreram importantes discussões e transformações no campo educacional, por meio do Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, criou o Ministério da Educação e as secretarias de Educação dos estados. Já no ano de 1932, Romanelli (1979, p. 147-148), destaca:

[...] o manifesto sugere em que deve consistir a ação do Estado, reivindicando a laicidade do ensino público, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação. Reconhecendo pertencer ao cidadão o direito vital à educação e ao Estado o dever de assegurá-la e assegurá-la de forma que ela seja igual e, portanto, única, para todos quantos procurarem a escola pública, é evidente que esse direito só possa ser assegurado a todas as camadas sociais se a escola for gratuita.

Estas mudanças, culminaram em vários projetos, discussões importantes que deram origem à Constituição de 1934, que visava à organização do ensino brasileiro e incluía um capítulo exclusivo sobre educação.

Já nos anos posteriores a educação durante o Estado Novo (1937-1945) e o governo populista (1945-1964). Iniciando-se os contrapontos negativos da nova Constituição de 1937, que enfraqueceu as conquistas expressos na Constituição de 1934. Segundo Ghiraldelli Jr. (1994, p. 81), isto ficou claro quando o “Estado Novo se desincumbiu da educação pública através de sua legislação máxima, assumindo apenas um papel subsidiário”.

Para Ghiraldelli Jr. (1994), o Estado não estava interessado em oferecer às classes populares educação pública e gratuita, o que ficou claro na e isso ficou expressamente claro na Constituição de 1937.

Após o fim do fim do Estado Novo, o país retomou discussões no setor da educação, em texto de 1946 estabelecia alguns direitos garantidos pela Constituição de 1934. Piletti (1986) mostra que “A educação como direito de todos” está disposta Art. 166, da referida constituição. Assim como no Art. 167 é firmado que o ensino deverá ser ministrado pelos poderes públicos e como garantia, assegurou 10% do orçamento da União e 20% dos estados para setor.

Porém, “apesar da mudança de regime e da nova constituição, a legislação educacional herdada do Estado Novo vigorou até 1961, quando teve início a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (PILETTI, 1986, p. 99).

Durante o Redime militar de 1964 a 1985 deve algumas mudanças legais, tais como a Lei nº 5.540/68, o governo promoveu a Reforma: Universitária segundo Piletti (1986, p. 16).

- Instituiu o vestibular classificatório para acabar com os ‘excedentes’;
- Deu à universidade um modelo empresarial;
- Organizou as universidades em unidades praticamente isoladas;
- Multiplicou as vagas em escolas superiores particulares.

A Lei nº 5.692/71 reformulou o ensino de 1º e 2º graus; foi aprovada sem participação popular, promoveu mudanças como: 1º grau de 8 anos dedicado à educação geral; o 2º grau (3 a 4 anos) obrigatoriamente profissionalizante; até 1982, aumentou o número de matérias obrigatórias em todo o território nacional, as disciplinas mais reflexivas deixaram de serem ministradas no 2º grau (BRASIL, 1971).

De 1985 à atualidade, ocorreram inúmeras modificações na educação brasileira. Parte dela por meio da promulgação da Constituição de 1988, a qual “cuida da educação e do ensino de maneira especial com referência aos direitos, aos deveres, aos fins e aos princípios norteadores” (SANTOS, 1991, p. 31).

Aranha (1996, p. 223) destaca dentre as principais mudanças:

- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- Ensino Fundamental obrigatório e gratuito;

- Atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos;
- Valorização dos profissionais de ensino, com planos de carreira para o magistério público.

Por meio da Constituição, foi criada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394, o qual foi promulgada em 20 de dezembro de 1996. Neste mesmo ano o Governo Federal elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais, por meio de diretrizes para estruturação e reestruturação dos currículos escolares de todo o Brasil (BRASIL, 1996). Mesmo com todas estas mudanças e evolução, infelizmente as lacunas educacionais, ainda são profundas. Permanecendo as características reacionárias e alienantes, contribuindo para a formação de seres passivos, eximindo-se de compromisso de formar cidadãos ativos e conscientes.

Segundo Rodrigues (1996, p. 35), “incapaz de ampliar e organizar a consciência crítica dos educandos, essa educação se converte em inutilidade formal, ainda que recheada de discurso sobre a importância e o valor de conhecimento crítico e de atenções proclamada de se fazer educação política”.

BARBOSA (2014) relata que a evolução da Educação no Brasil iniciaram na época Jesuítica (1549 - 1759) até a abertura Política (1986- 2003) demonstrando que as ações não foram contundentes para o progresso da Educação, mas que são importantes, tendo em vista o registro de momentos históricos.

2 Educação a distância

A questão da educação a distancia, tem relatos de seu início segundo Saraiva (1996) em 1833, onde ocorreu uma anúncio publicado na Suécia que se referia ao ensino por correspondência, na Inglaterra, em 1840, foram feitos anuncios da mesma atividade. Porém, a institucionalização da educação a distância tem início a partir da metade do século XIX.

[...] no ano de 1856, em Berlim, por iniciativa de Charles Toussaint e Gustav Langenscheidt, é criada a primeira escola de línguas por correspondência. Posteriormente, em 1873, em Boston, Anna Eliot Ticknor funda a Society to Encourage Study at Home. Em 1891, Thomas J. Foster, em Scanton (Pennsylvania), inicia, com um curso sobre medidas de segurança no trabalho de mineração, o Internacional Correspondence Institute. Em 1891, a administração da Universidade de Wisconsin aprova proposta apresentada pelos professores de organização de cursos por correspondência nos serviços de extensão universitária. (SARAIVA, 1997, p. 18).

No início do século XX, foi observado um movimento contínuo de consolidação e expansão da educação a distância, Ataíde (2013) destaque por meio da pesquisa de William Harper, escritas em 1886 "chegará o dia em que o volume da instrução recebida por correspondência será maior do que o transmitido nas aulas de nossas academias e escolas; em que o número dos estudantes por correspondência ultrapassará o dos presenciais (...)".

Já no ano de 1922, na antiga União Soviética, organizou-se um sistema de ensino por correspondência que em dois anos passou a atender 350 mil usuários. Na França crou-se em 1939 um serviço de ensino por via postal. A partir daí, começou a utilização de um novo meio de comunicação, “o rádio, que penetrou também no ensino formal. O rádio alcançou muito sucesso em experiências nacionais e internacionais, tendo sido bastante explorado na América

Latina nos programas de Educação a Distância do Brasil, Colômbia, México, Venezuela, entre outros” (ATAÍDE, 2013, p.10).

Saraiva (1996, p.19) destaca que “a partir das décadas de 60 e 70, a teleducação, embora mantendo os materiais escritos como sua base, passou a incorporar, o áudio e o videocassete, as transmissões de rádio e televisão, o videotexto, o videodisco, o computador”. Posteriormente, a tecnologia de multimeios, as quais incorporam textos, sons, imagens, mecanismos de geração de caminhos alternativos de aprendizagem, com diferentes linguagens), instrumentos de uma fixação de aprendizagem com feedback imediato, programas tutoriais informatizados etc.

Ataíde (2013), mostra que o desenvolvimento da Educação a Distância pode ser descrito basicamente em três gerações:

Conforme os avanços e recursos tecnológicos e de comunicação de cada época. Primeira geração: Ensino por correspondência, caracterizado pelo material impresso iniciado no século XIX. Nesta modalidade, por exemplo, destacase no Brasil o Instituto Universal Brasileiro atuando há mais de dezenas de anos nesta modalidade educativa, no país; Segunda geração: Teleducação/Tele cursos, com o recurso aos programas radiofônicos e televisivos, aulas expositivas, fitas de vídeo e material impresso. A comunicação síncrona predominou neste período. Nesta fase, por exemplo, destacaram-se a Telescola, em Portugal e o Projeto Minerva, no Brasil; Terceira geração: Ambientes interativos, com a eliminação do tempo fixo para o acesso à educação, a comunicação é assíncrona em tempos diferentes e as informações são armazenadas e acessadas em tempos diferentes sem perder a interatividade (ATAÍDE, 2013, p.14).

Na atualidade existem meios de comunicações, tais como a teleconferência, chat, fóruns de discussão, correio eletrônico, weblogs, espaços wiki, plataformas de ambientes virtuais que possibilitam interação multidirecional entre alunos, professores e tutores.

2.1 Educação a distância no Brasil

A Educação a Distância (EAD) no Brasil, é considerada, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), uma forma de ensino “ que possibilita a autoaprendizagem, como a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação” (COSTA; FARIA, 2008).

Alves; Zambalde e Figueiredo (2004, p. 6) relata que o EAD conceitua-se como “uma atividade de ensino e aprendizado sem que haja proximidade entre professor e alunos, em que a comunicação bidirecional entre os vários sujeitos do processo”, tais como professor, alunos e monitores, os quais são administrados por meio recursos tecnológico intermediário (cartas, textos impressos, televisão, radiodifusão, ambientes computacionais).

Costa e Faria (2008) destaca que a EAD é uma estratégia educativa baseada na aplicação da tecnologia à aprendizagem, e por isso, não obedece a limites de lugar, tempo, ocupação ou idade. É tratada como uma estratégia educativa que utiliza a tecnologia como ferramenta. Qualquer pessoa, independentemente de idade, ocupação tempo e lugar pode fazer uso dessa estratégia.

No Brasil, a Educação a Distância (EAD) como forma de ensino tem suas primeiras experiências registradas no fim do século XIX. Oliveira (2004), destaca que os agricultores e

pecuaristas europeus aprendiam, por correspondência, como plantar ou qual a melhor forma de cuidar do rebanho. Já, por volta de 1904, escolas internacionais que eram instituições privadas que ofereciam cursos pagos, por correspondência. E em 1934, foi inaugurado o Instituto Monitor o qual iniciou suas atividades em 1939, por meio do Instituto Universal Brasileiro, em São Paulo.

É fundamental destacar que durante esses primeiros anos quando a EAD, a Educação à Distância estava se consolidando, o rádio foi uma importante ferramenta na difusão dessa modalidade de ensino (COSTA; FARIA, 2008). Como exemplo desta ferramenta, em 1947 o Senac e o Sesc com a colaboração de emissoras associadas, criaram a Nova Universidade do Ar, em São Paulo, com objetivo de oferecer cursos comerciais radiofônicos (OLIVEIRA, 2004).

Na década de 50 a Universidade do Ar chegou a atingir 318 localidades e oitenta mil alunos. Os programas eram gravados em discos de vinil e repassados às emissoras que programavam as emissões das aulas nos radiopostos três vezes por semana. Na década posterior de 1960.

[...] o Movimento de Educação de Base (MEB), a Igreja Católica e o Governo Federal, fizeram uso do sistema radioeducativo, com o objetivo de promover a educação, a conscientização, a politização e a educação sindicalista. Já na década de 1970 surgiram o projeto Minerva (um convênio entre Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta) cujo objetivo era produção de textos e programas frutos de um convênio entre o Governo Federal e a Inglaterra. Como parte das ações conjuntas, o Brasil enviou para a Inglaterra, em 1972, um grupo de educadores tendo à frente o conselheiro Newton Sucupira. Ao fim dos trabalhos foi elaborado um relatório que marcou uma posição 4 reacionária às mudanças no sistema educacional brasileiro, colocando um grande obstáculo à implantação da Universidade Aberta e a Distância no Brasil (BRASIL, 1996).

Oliveira (2004) aponta que “o programa que operava principalmente através de ensino por correspondência” e “realizou, também, algumas experiências (1977/1979) com rádio e TV. Foram ofertados ceta de 40 cursos diferentes. Os cursos via televisiva, ou também chamada de Teleducação ou Telecursos são os cursos até hoje ofertados pela Fundação Roberto Marinho.

Com o avanço dos meios de comunicação e a ampliação do acesso a internet, entre 1988 e 1991, processou-se a informatização e a reestruturação do Sistema de Teleducação. Foram estabelecidas diretrizes válidas até hoje, e foi nesse contexto que, em 1995, destaca o Departamento Nacional de Educação criou um setor destinado exclusivamente à EAD e o CEAD (Centro Nacional de Educação a Distância) (COSTA; FARIA, 2008).

Araujo; Ponciano; Tondatto (2015) destacam que na década de 1990 foi registrada a criação da Universidade Aberta de Brasília por meio da Lei 403/92.

[...] podendo atingir: três campos distintos: Ampliação do conhecimento cultural: organização de cursos específicos de acesso a todos; Educação continuada: reciclagem profissional às diversas categorias de trabalhadores e àqueles que já passaram pela universidade; Ensino superior: englobando tanto a graduação como a pós-graduação.

Sobre este tema, a normalização da EAD, o marco cronológico é 1996, quando a Lei nº 9.394/96 “oficializa a era normativa da educação a distância no Brasil pela primeira vez, como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino. Pela primeira vez, na

história da legislação ordinária, o tema da EAD se converte em objeto formal.” (OLIVEIRA, 2004).

No ano seguinte, iniciaram-se os primeiros cursos de pós-graduação, mas somente dois anos depois, em 1999 que o MEC (Ministério da Educação) começou a se organizar para credenciar oficialmente instituições universitárias para atuar na EAD, processo que ganhou corpo em 2002. (OLIVEIRA, 2004)

Segundo Costa e Faria (2008) na atualidade existem várias as instituições autorizadas a ofertar cursos de graduação e especialização, e segundo a ABED (Associação Brasileira de 5 Educação a Distância) também é grande o número de oferta de cursos livres e profissionalizantes, que não precisam de regulamentação.

3 Mídia e educação: o uso das novas tecnologias

Existem cada dia mais reflexões em torno do assunto mídia e educação, a quais estão sendo aprofundadas há várias décadas dado a constatação de sua influência na formação do sujeito contemporâneo e da necessidade em explorar o assunto diante do rápido desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação.

Segundo Dorigoni (2008, p.10) é importante ao falar sobre mídia, retornar à sua complexidade.

[...] situá-la como produto que se desenvolveu a partir dos anos de 1940, no contexto da ordem industrial. Nesta época, a concentração econômica e administrativa aliada ao desenvolvimento tecnológico estabelecia semelhança estrutural ao cinema, rádio e revistas. Tradicionalmente a sociedade atribuiu a instituições escolares à responsabilidade na formação da personalidade do indivíduo tendo em vista a transmissão cultural e do conhecimento acumulado historicamente. A educação para as mídias como perspectivas de um novo campo de saber e de intervenção vem se desenvolvendo desde os anos de 1970 no mundo inteiro com o objetivo de formar usuários ativos, criativos, críticos de todas as tecnologias de informação e comunicação.

No Brasil, o uso das tecnologias na educação, segundo Barbosa (2014) data de 1939, momento em que o Instituto Rádio-Monitor utilizou-as para o ensino a distancia, e, 1941 o Instituto Universal Brasileiro realizou as primeiras experiências educativas com o rádio. Entre tantas experiências com as tecnologias na educação. Deste ambito, Quadro um mostra as principais destaques de avanços da tecnoligias na ecicação de 1961 a 1996.

Quadro 1 – Participações das tecnologias educacionais no Brasil de 1961 a 1996

Período	Itém
1961	Criação do Movimento de Educação de Base (MEB) composto pelas “escolas radiofônicas”;
1969	As experiências educativas importantes iniciaram-se por meio da Televisão Cultura na TV TUPI, que passou a transmitir o curso Madureza Ginásial. Nessa mesma época, o sistema de Televisão Educativa (TVE) do Maranhão passou a desenvolver atividades educativas de 5ª a 8ª séries;

1970	O Projeto Minerva foi transmitido pela <i>Rádiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura</i> com fins educacionais e culturais para adultos;
1974	O Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (Projeto Saci) foi desenvolvido, em caráter experimental com a finalidade de usar o satélite doméstico, utilizando o rádio e a televisão como meios de transmissões com fins educacionais, no período de 1967 a 1974;
1974	A Fundação Teleducação do Ceará (FUNTELC), mais conhecida como Televisão Educativa (TVE) do Ceará, começou a desenvolver ensino regular de 5ª a 8ª séries, bem como a produzir e veicular os programas de televisão e a elaborar o material impresso;
1978	O Telecurso 2º grau, implantado pela Fundação Roberto Marinho (FRM) em parceria com a fundação Padre Anchieta (mantenedora da TV Cultura de São Paulo) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP);
1981	Criação do Telecurso 1º grau, com apoio do MEC e da Universidade de Brasília (UnB);
1989	A Internet foi disponibilizada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por meio do Conselho de Desenvolvimento Nacional e Tecnológico (CNPq) e criou a Rede Nacional de Pesquisa (RNP). Nessa época as universidades públicas brasileiras já estavam conectadas à Rede Bitnet graças a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que sustentava um canal direto com os Estados Unidos subsidiado pela própria UFRJ, disponibilizado para todas as universidades públicas do Brasil;
1994	Surgiu a série televisiva do Telecurso 2000 ganhando uma revisão metodológica, sendo a dramaturgia adaptada à educação e foi designado de Ensino e não Educação a Distância;
1996	Nasceu a TV Escola por intermédio do MEC priorizando o uso das novas tecnologias na educação para a formação continuada dos professores.

Fonte: Adaptado de Altoé e Silva (2005).

É possível observar a ocorrência de várias mudanças no cenário educacional, destacando as pesquisas para adaptação das tecnologia da informação e comunicação (TIC), neste contexto, Almeida (2009, p. 09 -10) destacam as quatro fases de transformação:

- **Primeira fase** – em um primeiro momento, o uso de computadores foi fortemente influenciado pelos discípulos de Papert e Piaget, chamados loguistas, que a partir de um universo cartesiano, demasiadamente lógico- matemático, marcaram a época em que os computadores pré-PC, ou os PC com pouca memória e baixo poder de processamento eram utilizados segundo a lógica de interação com a máquina a partir de possibilidades de programação no universo lógico-formal de interação entre aluno/professor, a partir da utilização das interfaces e comandos da linguagem LOGO¹;
- **Segunda fase** - em um segundo momento, com a evolução do poder de processamento dos microcomputadores, entra em cena a concepção

¹ Linguagem de programação interpretada, voltada principalmente para crianças e aprendizes em programação.

skineriana, que se baseia na transferência da visão de máquina de aprender instrucionista para o mundo digital e em rede. Essa perspectiva foi fortalecida a partir dos projetos governamentais para a instalação de microcomputadores em escolas, concretizadas, por exemplo, com a grande utilização de softwares para automação de escritórios e/ou aplicações específicas que transformavam o micro computador em máquina de ensinar, a partir de uma lógica estímulo/resposta;

- **Terceira fase** - o fortalecimento e a popularização da internet fazem surgir diversos projetos na lógica dos chamados “portais educacionais” que buscam disseminar conteúdos e informações numa perspectiva de produção centralizada e de disseminação em massa, segundo métodos já amplamente difundidos pelos padrões de mídia *broad-casting*²;
- **Fase atual** - como resultado da evolução das tecnologias e práticas comunicacionais para os padrões interativos da chamada web 2.0³, onde as interfaces e recursos de navegação tornam-se mais simples e intuitivos, transferindo poder de criação e compartilhamento de conteúdos para os usuários, novas possibilidades se abrem, entretanto, ainda devem ser analisadas enquanto potencial, pois são poucas as iniciativas educacionais de apropriação desses recursos numa perspectiva de aproveitar todo o seu potencial. Numa análise mais superficial, podemos dizer que há uma tendência em muitas escolas e redes de ensino de restringir o acesso a esses recursos a partir de justificativas diversas, que vão desde os argumentos relacionados a segurança da informação até a necessidade de resguardar os alunos dos perigos inerentes a tais ambientes.

As tecnologias, caminham em constante evolução, e após estas quatro fases, já existiram delimitações novas e expansão das telecomunicações, informação e comunicação, um exemplo disto são as tecnologias de inteligência.

As chamadas tecnologias da inteligência, construções internalizadas nos espaços da memória das pessoas que foram criadas pelos homens para avançar no conhecimento e aprender mais. A linguagem oral, a escrita e a linguagem digital (dos computadores) são exemplos paradigmáticos desse tipo de tecnologia. Articuladas às tecnologias da inteligência, temos as "tecnologias de comunicação e informação", que, por meio de seus suportes (mídias ou meios de comunicação, como o jornal, o rádio, a televisão) realizam o acesso, a veiculação das informações e todas as demais formas de articulação comunicativa em todo o mundo (LÉVY, 1993 *apud* KENSKI, 2008, p.93).

Após discorrer sobre aportes tecnológicos, ressalta-se que a mídia é um meio de comunicação e é um aparato tecnológico, cuja essência está pautada na caracterização de sua tipologia, que pode ser impressa, digital e eletrônica.

3.1 As mídias no processo de ensino-aprendizagem

² Termo derivado da linguagem militar para descrever uma lógica de transmissão e produção de informações e conteúdos na lógica de um para muitos.

³ Conjunto de protocolos, tecnologias e interfaces que permitem conexões e a convergência de mídias na internet, de forma mais ágeis e dinâmicos.

Como foi destacado anteriormente, a evolução das tecnologias na educação, contaram com matérias enviados por correio, áudio aulas por meio do rádio, posteriormente os programas Telecurso pela TV e mais atualmente as plataformas digitais da Sociedade Conectada, de que forma as novas mídias contribuem para o processo de ensino-aprendizagem do aluno e do próprio professor.

Dorigoni (2008) destaca a existência de discussões em que as novas tecnologias podem substituir a figura do educador. Porém, isto é uma forma equivocada de se pensar e agir, afinal o educador, professor, mediador, tutor, jamais será substituído, já que ele é peça fundamental. Não existe uma oposição entre o mundo real e o virtual, eles se complementam, integram e combinam.

O processo de ensino-aprendizagem, com destaque para o uso das novas mídias, deve desvencilhar-se dos métodos meramente tradicionalistas ainda arraigados no processo educacional. O mediador na Sociedade Conectada (professor ou mediador), não possui espaço para apenas um detentor do conhecimento. A conexão, dá abertura para a ligação entre todos os envolvidos “online” e “off-line” no processo de ensino-aprendizagem (KENSKI, 2012).

Segundo o Dorigoni (2008) é importante compreender que as novas mídias favorecem o processo de ensino-aprendizagem e que o educador não detém o conhecimento sozinho. Por meio da ação-reflexão defendida pelo mestre Freire, precisamos nos conscientizar, refletir nossas ações como educadores, principalmente sabendo acolher o aluno, princípio basilar no processo de avaliação. Pois, a escola já faz parte deste “boom” tecnológico da atual sociedade.

Para entender e atender sua função social da escola, a mesma tem que estar atenta e aberta para incorporar novos parâmetros comportamentais, hábitos e demandas, o que permitirá que a mesma participe de forma ativa dos processos de transformação e construção da nova sociedade. Dorigoni (2008) destaca que a escola precisa integrar a cultura tecnológica ao seu cotidiano, o que permitirá que a mesma desenvolva habilidades em seus alunos para utilização dos recursos tecnológicos.

É importante destacar, a importância da necessidade de tornar mais atraente a escola, para Melo (2001) a criação de pontes com o mundo externo e não muros que impeçam o aluno de absorver, pelo menos no ambiente escolar, as informações que as novas mídias transmitem. Com o intuito de alcançar novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem institui um fator de inovação pedagógica, o que possibilita a implantação de novas modalidades de trabalho que devem acompanhar as transformações sociais.

José Manuel Moran defende que:

A sociedade está caminhando para ser uma sociedade que aprende de novas maneiras, por novos caminhos, com novos participantes (atores), de forma contínua. As cidades se tornam cidades educadoras, integrando todas as competências e serviços presenciais e digitais. A educação escolar precisa, cada vez mais, ajudar todos a aprender de forma mais integral, humana, afetiva e ética, integrando o individual e o social, os diversos ritmos, métodos, tecnologias, para construir cidadãos plenos em todas as dimensões. (MORAN, 2012, p. 11).

Todas as discussões são com o intuito de formação do aluno/cidadão crítico com auxílio de novas mídias, com indagações a respeito de questões sobre a credibilidade de que novas mídias realmente auxiliem no aprendizado. Kenski (2012) destaca que o novo ritmo da informação faz com que as evoluções tecnológicas alterem os comportamentos, não somente o individual, mas o de todo o grupo social.

Dorigoni (2008) destaca que a função social da educação se torna ainda mais árdua, pois além de suas inúmeras atribuições como agente de transformação social, deve assumir o papel de inserir seus alunos ao mundo tecnológico, eliminando todas as barreiras que possam existir, sejam elas sociais, culturais e intelectuais.

É importante destacar que a função da educação, seja ela formal, informal, presencial, semipresencial, à distância, tem, não somente, a função de educar, mas principalmente de preparar cidadãos para o convívio em grupo, em sociedade, reconhecendo direitos e praticando deveres. (DORIGONI, 2008).

É fundamental ressaltar ao aluno, bons e maus caminhos que as novas tecnologias nos proporcionam. Melo (2001) mostra que a necessidade de ensinar o aluno que as novas tecnologias possuem diversas faces e que é preciso estar alerta para não se tornar instrumento de manipulação, seja na mudança de comportamentos, na postagem, repostagem ou comentários que venham caracterizar crimes virtuais.

Existe ainda a as discussões em torno do “boom” tecnológico, o qual incentivou novas mídias e tecnologias na construção diária como cidadãos críticos e emancipados. Tendo em vista que somos seres em constante mudança, vivemos em um mundo em que as novidades surgem na velocidade da luz.

Porém, as novas mídias e tecnologias nos permitiram isso, entretanto, não nos prepararam socialmente. Não existe um manual social de como utilizar os novos meios de pesquisa e conhecimento. É preciso aplicar os princípios basilares da educação neste contexto, devendo a curiosidade e criticidade serem consideradas neste aspecto (MELO, 2001).

Como sujeitos históricos, nossa curiosidade é construída e reconstruída historicamente. Paulo Freire destaque que:

Como manifestação presente à experiência vital, a curiosidade humana vem sendo histórica e socialmente construída e reconstruída. Precisamente porque a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil. Curiosidade com que podemos nos defender de “irracionalismos” decorrentes do ou produzidos por certo excesso de “racionalidade” de nosso tempo altamente tecnologizado. E não vai esta consideração nenhuma arrancada falsamente humanista de negação da tecnologia e da ciência. Pelo contrário, é consideração de quem, de um lado, não diviniza a tecnologia, mas, de outro, não a diaboliza. De quem a olha ou mesmo a espreita de forma criticamente curiosa. (FREIRE, 2014, p. 33 e 34).

Assim, as preocupações em torno da educação e da mídia, são cada dia mais debatidas, pois, a tecnologia estão integrada no aprendizado dos alunos, porém é fundamental continuar debates sobre como está sendo dicemidado as informações e como os alunos estão recebendo.

Considerações finais

O artigo teve como intuito de mostrar uma breve evolução histórica da Educação e educação a distância no Brasil, Igualmente, foi destacado a surgimentos de novas mídias ligadas a educação durante a história.

Constatou-se que de fato a Educação a Distância no Brasil cresceu exponencialmente nos últimos anos, principalmente, na década de 2000, cujos fatores determinantes foram: o

surgimento de legislação em EAD que possibilitou o credenciamento oficial de Instituições Universitárias, a criação da Universidade Virtual Pública do Brasil – UniRede.

O que possibilitou o ingresso de milhões de brasileiros nessa modalidade de ensino, mostrando que as tecnologias e mídias educacionais evoluíram expansivamente e contribuíram fortemente, enquanto ferramentas auxiliares e preponderantes para a expansão da Educação a Distância, cuja possibilidade está vinculada justamente ao incremento dos elementos de transmissão da informação, que muitos chamam de Era Digital, Era da Informação ou Revolução da Comunicação, que muito embora tenha iniciada no século passado, só alcançou o seu apogeu no século atual.

Porém, foi fundamental o destaque da necessidade de entendimento das novas tecnologias e sua utilização como ferramenta transformadora, poderem auxiliar de forma ativa na forma crítica do pensamento do aluno.

Considerando que, o assunto em tese abrange numerosos atores e suporta algumas distintas peculiaridades, primordiais para o exercício pleno das práticas pedagógicas na modalidade de educação presencial, a distância e com suporte de tecnologias.

Referências

ALMEIDA, D. A. de. TIC e educação no Brasil: breve histórico e possibilidades atuais de apropriação. **Pró-Discente**, v. 15, n.2, 2009.

ALTOÉ, A.; SILVA, H. O Desenvolvimento Histórico das Novas Tecnologias e seu Emprego na Educação. In: ALTOÉ, Anair; COSTA, Maria Luiza Furlan; TERUYA, Teresa Kazuko. **Educação e Novas Tecnologias**. Maringá: Eduem, 2005, p 13-25.

ALVES, J. R. M. A história da EAD no Brasil. In: LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, M.. (ORGs.). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

ARANHA, M. L. A.. **Brasil no Século XX: o desafio da educação**. In: _____. **História da Educação**. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

ARAUJO, S. P.; PONCIANO, M. R.; TONDATTO, W. P. Formação docente e educação à distância: um olhar acerca da formação dos professores que atuam na ead a partir das produções científicas. IV Jornada de Didática III e Seminário de Pesquisa do CEMAD. 2017.

ATAÍDE, M. A. Novos tempos: Educação a Distância e a revolução da tecnologia na sociedade em rede. Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM ISSN: 2238-6424 N°. 03 – Ano II – 05/2013.

BARBOSA, G. F. M.. A Educação a distância, as Tecnologias Educacionais e a Prática Interdisciplinar [manuscrito]: / Gilvaneide Ferreira de Melo Barbosa. – 2014. 49 p.

BELLO, J. L. de P.. **Educação no Brasil: A História das rupturas**. Pedagogia em Foco. 2001.

COSTA, K. S.; FARIA, G. G.. EAD – Sua origem histórica, evolução e atualidade brasileira face ao paradigma da educação presencial. Maio 2008 – FaE/UFMG.

DORIGONI, G. M. L. **Mídia e educação: reflexões sobre o uso das novas tecnologias em sala de aula**. Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 49ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2014.

- GHIRALDELLI Jr., P. História da Educação. 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994 (Coleção magistério, 2º grau. Série formação do professor).
- KENSKI, V. M.. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2008.
- KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação**. 8ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- MELO, E. M. D. V.. **Com as novas tecnologias e as competências do professor, preparar os alunos para as exigências do mundo**. Dissertação de mestrado, f.136. Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção. 2001.
- MORAN, J. M.. **A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá**. 5ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- OLIVEIRA, M. M.. As Origens da Educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 945-958, out./dez. 2004.
- PILETTI, C. História da Educação no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1986.
- RODRIGUES, N.. Lições do Príncipe e outras lições. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ROMANELLI, O. de O.. História da Educação no Brasil. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SANTOS, M. J. V.. História Antiga e Medieval. 10ª ed. São Paulo: Ática, 1991.
- SARAIVA, T.. **Educação a distância no brasil: lições da história**. Brasília, ano 16, n.70, abr./jun. 1996.